

Comunicação, empoderamento e gestão participativa no Comitê da Bacia do Salgado

Communication, empowerment and participatory management in the Salt Basin Committee

Inês Prata Girão

giraoines@hotmail.com
Universidade Federal do
Ceará

Sérgio Rodrigues da Rocha

srrocha90@hotmail.com
Universidade Federal do
Ceará

Resumo

Este artigo trata da comunicação como estratégia de empoderamento entre membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salgado (CBHS), no Ceará, sob o ponto de vista da linguagem e da partilha da informação. Toma por base pesquisa aplicada aos membros desse Comitê, que avaliaram a comunicação entre os detentores do saber acadêmico e os membros do colegiado, sob o ponto de vista da linguagem, partilha da informação e interferência na pauta do CBHS. Paralelamente, foram ouvidos, sobre o mesmo assunto, membros da Diretoria Executiva do Comitê e da Gerência Regional da COGERH, em entrevistas abertas, aplicadas também a um representante de usuários. Não foram encontradas insatisfações quanto à linguagem utilizada nas discussões técnicas, mas a maioria considerou que o acesso à informação não é pleno. Foi evidenciada a necessidade de uma comunicação que contribua melhor para o crescimento dos sujeitos envolvidos, tornando possível uma participação mais efetiva.

Palavras-chave: Gestão de recursos hídricos. Participação. Comunicação.

Abstract

This article deals with communication as a strategy of empowerment among members of the Watershed Committee of Salgado River (CBHS), in Ceará, from the point of view of language and information sharing. This paper is based on research applied to the members of this Committee, which evaluated the communication between holders of formal knowledge and the members of the Board, from the point of view of language, information sharing, and interference on the agenda of the CBHS. Members of the Executive Board of Committee and Regional Management of COGERH were heard, in open interviews, applied also to a representative of users. There were not found dissatisfaction with regard to the language used in technical discussions, but most considered that access to information is not complete. It was highlighted the need for a communication which contributes best to the growth of the subjects involved, making possible a more effective participation.

Keywords: Management of water resources. Participation. Communication

1 Introdução

A proposta deste trabalho é analisar a comunicação praticada no Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado (CBHS), no Cariri cearense, que integra a Bacia do Jaguaribe, cujo processo de mobilização, o qual antecedeu a instalação, divergiu da prática observada nos demais, considerando que o imaginário popular ansiava por um instrumento para defender a qualidade da água naquela bacia, enquanto os demais comitês implantados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) tiveram foco direto na quantidade e uma mobilização induzida.

O processo comunicativo é, de tal forma, permeado de nuances que vários ramos da ciência se debruçam sobre seu estudo, sob os mais diferentes ângulos: Sociologia, Psicologia, Linguística, Engenharia, Semiótica, Jornalismo, Publicidade e muitos outros. Daí a dificuldade de se delimitar um campo de ação para o estudo das relações comunicativas no seio de

um fórum em que os atores são dos mais diversos segmentos, níveis de conhecimento, idades e interesses, como os que compõem um CBH.

O estudo parte da dualidade na transferência de conhecimentos ou troca de saberes, tal como a definiu Freire (1977) em “Extensão ou Comunicação?”, estudando o processo de extensão rural praticado no Brasil nos anos 60 do século XX. A discussão acerca dos pontos e contrapontos entre a linguagem acadêmica e o saber popular não começou com ele nem está próxima de exaurir-se, mas com certeza o seu viés está entre as discussões que melhor descrevem o cuidado a se tomar em casos como os de fóruns com uma composição tão múltipla.

A dificuldade de transmissão da informação científica no meio popular ou eclético foi recentemente objeto de estudo de Taddei (2008), que se debruçou sobre os entraves na transmissão de informações na área da Meteorologia, um dos segmentos do saber cujos estudos precisam ser compreendidos pelos membros de um CBH. Informar exige de quem o faz não apenas o conhecimento do assunto, mas principalmente o respeito ao conhecimento e ao universo daquele a quem se destina a informação, bem como a disposição de entender o contexto do receptor, como tão bem escreve Freire (1977) sobre a necessidade de uma relação “dialógico-comunicativa”. Não há aprendizagem no monólogo; toda comunicação exige diálogo.

2 Começando diferente

O CBHS foi institucionalizado pelo Decreto nº 26.603, de 14 de maio de 2002, depois de mais de dois anos de intensa mobilização. Ao contrário da formação dos demais comitês no Ceará, ele partiu da preocupação popular, expressa por meio de algumas instituições, com o processo de degradação ambiental da Bacia do Salgado. Somou-se a isso a experiência de defesa do Riacho Boca da Mata, que se deu em 2001 pelo mesmo grupo que buscava a organização do comitê, já com 108 representantes de associações envolvidas no processo. O marco das discussões foi um seminário realizado em 1999, na Universidade Regional do Cariri, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do município do Crato para fortalecer associações de usuários.

Todo esse processo reflexivo levou à decisão de organizar os 23 municípios da bacia em cinco microbacias, respeitadas as peculiaridades específicas, sendo elas: Microbacia I (reunindo os municípios de Brejo Santo, Jardim, Jati, Penaforte e Porteiras); Microbacia II (com Abaiara, Aurora, Barro, Mauriti e Milagres); Microbacia III (municípios de Barbalha, Caririçu, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha); Microbacia IV (com participação de Baixio, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari); e Microbacia V (Cedro, Granjeiro e Várzea Alegre). No segundo semestre de 2001, foram realizadas as reuniões por microbacias e apontados os delegados de cada uma para as vagas do Comitê, o que garantiu um critério de proporcionalidade regionalizado.

Outro diferencial do CBHS está nas práticas de comunicação massiva. Em 2008, registra-se uma experiência de interação do Comitê com a população através do rádio, numa parceria com a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH)/Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH). Foram produzidos quatro programas, de 15 minutos cada, tratando de assuntos na área de Recursos Hídricos e explicando a atuação de um comitê de bacia hidrográfica.

Além da veiculação comercial, o material foi reeditado e distribuído em pequenos módulos para subsidiar a programação das emissoras comunitárias e educativas locais na discussão acerca da água e do meio ambiente. A experiência radiofônica era intitulada “Comitê nas Ondas do Rádio”, e depois de exposta no XII Encontro Brasileiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), cujo tema central tratava da *Importância da Comunicação e da Mobilização*, serviu de base para uma produção semelhante no CBH do São Francisco.

Do ponto de vista do conhecimento acadêmico, membros do Comitê e servidores do Sistema Estadual dos Recursos Hídricos lotados na região do Cariri tiveram a oportunidade de “pós-graduar-se” em Planejamento Integrado em Bacias Hidrográficas, em 2007, por meio do curso de especialização ofertado pela Universidade Federal do Ceará, com recursos do convênio SRH/PROGERIRH. A formação dos especialistas se deu de tal forma que, para fazer parte do grupo, a única exigência de instrução era o terceiro grau completo, o que oportunizou a troca de saberes entre profissionais de áreas que perpassavam da Engenharia à Educação, em uma prática de intersectorialidade.

O gerente regional da COGERH no Crato, Yarley Brito, um dos três entrevistados da pesquisa aqui relatada, entende ter sido o curso uma contribuição “muito relevante” para o nível de compreensão dos usuários da bacia acerca dos processos de gestão de uma bacia hidrográfica, tanto para os que se especializaram como para os demais, pois os primeiros tornaram-se multiplicadores do saber junto aos parceiros.

2.1 Linguagem científica: “o essencial é o tracinho”

Taddei (2008, p. 79) afirma que “do ponto de vista do usuário, receber uma informação que não é entendida é a mesma coisa que não receber informação”, e ressalva que, em alguns casos, o processo é bem mais complexo, porque gera frustrações no receptor e acusações de arrogância em relação ao emissor. Nas páginas seguintes do mesmo artigo, ele afirma que “o que nos interessa nesta análise é o contexto, e como este afeta a comunicação. O contexto afeta e define, de certa forma, os significados que vão ser atribuídos às informações, ou seja, como elas serão entendidas”. Durante a realização desta pesquisa, no processo de observação e diálogos, houve uma conversa com um representante da sociedade civil, cujo preconceito surpreende e a sabedoria popular se revela na capacidade de atingir o conteúdo essencial da informação, mesmo sem os meios formais.

Nosso ator é homem, com mais de 60 anos, e tem apenas o ensino fundamental, mas uma militância clara no movimento social. Ele afirma:

“O senhor compreende essas explicações acerca de “convergência intertropical e aquecimento nos oceanos?”, perguntou a pesquisadora.

“Isso é muito fácil” [...] “Deixa o trabalho dele com ele. O que a gente precisa saber aqui é o essencial. Prestar atenção na posição daquele tracinho. Quando ele desce pra dentro do mapa vai chover aqui pra nós. Se ele ficar no mar, a chuva se perde toda por lá. Esse quadro que ele está mostrando aí, tá ruim demais”, explicou o entrevistado.

De fato, os estudos meteorológicos são sintetizados em quadros nos quais a zona de convergência intertropical se representa no traçado que resulta de cálculos e informações específicas, mas, na prática, o “essencial é o tracinho”.

A capacidade de observação e compreensão de cada pessoa depende muito mais de seu interesse no conhecimento do que dos meios formais de obtê-lo. O respeito ao direito de o representante ter acesso à informação, seja qual for a forma como ela se construa, é essencial, e poder-se-ia dizer que é “o tracinho” da comunicação. O envolvimento do representante com o comitê é que o leva aos exercícios de construir novas visões sobre a realidade, a partir do seu universo de conhecimento.

“Adotando um caráter educativo, a comunicação deve gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos. [...] o conhecimento será reaprendido e reelaborado, por meio dos próprios contextos da comunidade”, como afirma Henriques (2002, p. 28), explicando a capacidade da comunicação dialógica para impulsionar mudanças, em um processo de mobilização, na reconstrução dos significados por parte de um determinado público. É possível dizer, então, que, mesmo quando a informação estiver eivada de complexidade, é essencial, para democratizar o conhecimento, o esforço de um emissor em criar condições para a percepção da mensagem.

Quando se caracteriza a incapacidade do emissor da mensagem em torná-la compreensível ao universo do outro, cessa a interlocução e rompe-se o diálogo, permanecendo o monólogo infrutífero ou seletivamente dirigido a apenas alguns receptores, o que gera frustração. Em outro momento do diálogo no campo de pesquisa, uma observação do mesmo ator ratifica as colocações de Taddei (2008) em relação à leitura da incapacidade de transmissão do conhecimento como arrogância. Essa foi a observação: “a maioria deles (especialistas) fala pra gente entender. Mas uma vez veio um técnico aqui que só devia falar mesmo na frente do espelho, porque só ele se entende”. Ressalta-se que é preciso ter em mente até que ponto essa incapacidade de linguagem é real ou proposital, pretendendo deixar os membros do Comitê, ou parte deles, sem acesso ao conhecimento ou àquela informação.

2.2 Democratizar a informação é municiar a ação

Informação é base para a ação. Mas só informar não basta. A informação precisa ser uma das vertentes da comunicação dialógica: aberta, multidirecional, participativa e democrática, tal qual descrita por Henriques (2002, p. 36): “Para se mobilizarem as pessoas precisam, no mínimo, de informação, mas, além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções, conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança”. A informação precisa estar acessível ao universo dos sujeitos envolvidos, para que o exercício democrático e participativo aconteça nos grupos e nas comunidades. Um colegiado não deve apenas votar, mas, principalmente, ter meios para fazê-lo com correção e, mais que isso, saber propor e interagir.

Os comitês de bacias, os conselhos e as demais instâncias participativas, criadas pelos princípios da Constituição Federal de 1988, não podem tornar-se apenas organismos legitimadores de uma democracia pseudoparticipativa, ou, no dizer de Dagnino (2002), “meras estruturas governamentais adicionais”. Seus membros não são somente “aprovadores”

de políticas ou decisões das quais o governo considere mais cômodo eximir-se; eles devem sugerir, propor, ser coparticipantes em uma política pública. Um membro de comitê não é apenas para, depois de ouvir referências dos especialistas, decidir entre uma ou outra hipótese exposta. Por isso, não basta entender o saber formal; cabe-lhe aprender, compreender, contextualizar e partir para a ação. Não basta saber o que o “tracinho” aponta; é necessário ir além e propor formas de amenizar a falta e até o excesso das chuvas que ele prevê.

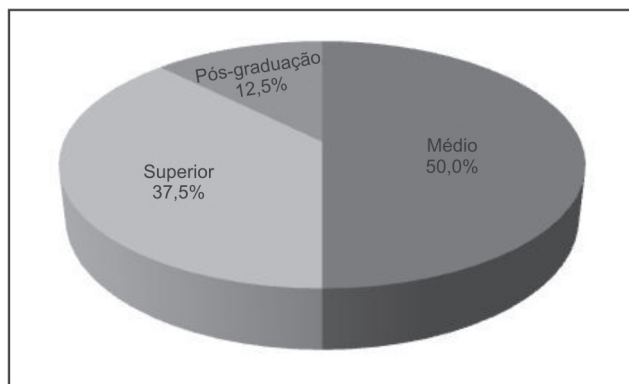
3 Números revelando peculiaridades

A metodologia adotada aliou entrevistas abertas realizadas com um funcionário da Gerência Regional da GGERH, um membro da Secretaria Executiva do Comitê e um representante de usuários (envolvidos no trabalho do Comitê desde antes de sua formalização) com questionários fechados aplicados a 50% do universo de representantes dos diferentes segmentos. Foi respeitado o critério de proporcionalidade, com 40% de gestores e 60% de representantes de usuários e sociedade civil, mas, diante da indivisibilidade do número da segunda representação, utilizou-se a assiduidade como critério para justificar um percentual de 32% para representantes da sociedade civil e 28% para representantes de usuários.

O perfil do nosso entrevistado mostrou uma maioria (60%) de representantes com faixa etária entre 46 e 60 anos, tendo cursado o ensino superior (56%). Quando se detalha esse perfil, é possível destacar alguns pontos: o percentual de representantes com apenas o ensino fundamental é o mais reduzido (8%); os 56% da representação com ensino superior se compõem de 32% de graduados e 24% de pós-graduados. Todos os representantes do poder público estadual e federal têm curso superior, e 40% deles são pós-graduados. Na representação do poder público municipal, 60% têm nível médio e os outros 40% têm título de pós-graduação. Dentre os usuários, o percentual de 28,57% se repete para membros com ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, e os outros 14,29% são pós-graduados.

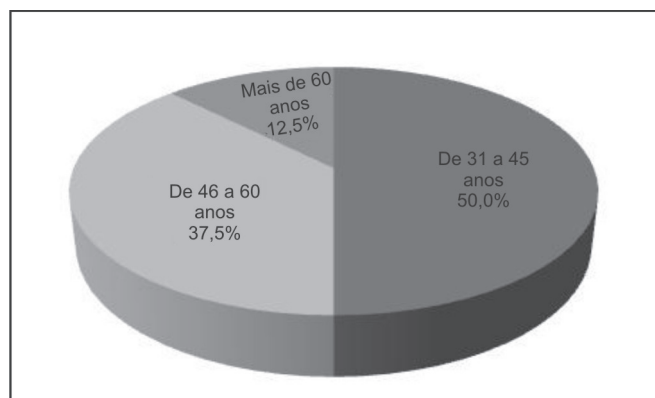
Na representação dos membros da sociedade civil (Figura 1), 50,0% têm nível médio, 37,5% têm nível superior e 12,5% têm pós-graduação.

Figura 1 - Participação da sociedade civil por nível de escolaridade.



Ainda em relação à representação da sociedade civil (Figura 2), em termos de idade, 50,0% têm entre 31 e 45 anos, 37,5% estão na faixa entre 46 e 60 anos e 12,5% têm mais de 60 anos.

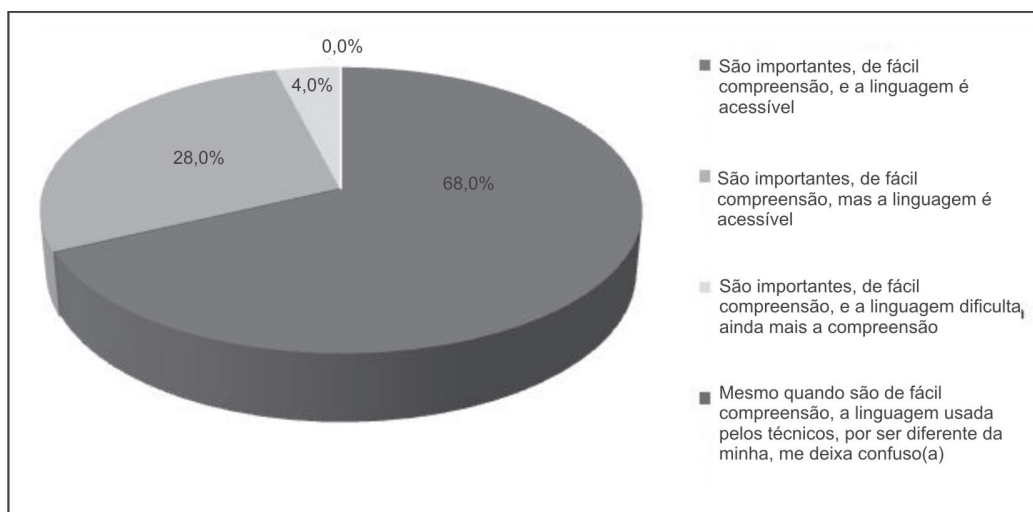
Figura 2 - Participação da sociedade civil por faixa etária.



3.1 Linguagem acessível, informações restritas

Os números não revelam problemas na relação dos membros do CBHS com a linguagem dos técnicos e especialistas (Figura 3). Apenas 4% dos entrevistados fizeram restrição à linguagem utilizada nas exposições; 68% consideram as informações das equipes técnicas *importantes, de fácil compreensão e apresentadas em linguagem acessível* e 28% consideram que *as informações são importantes, de difícil compreensão, mas apresentadas em linguagem acessível*, somando 96% de afirmativas para a aprovação da linguagem.

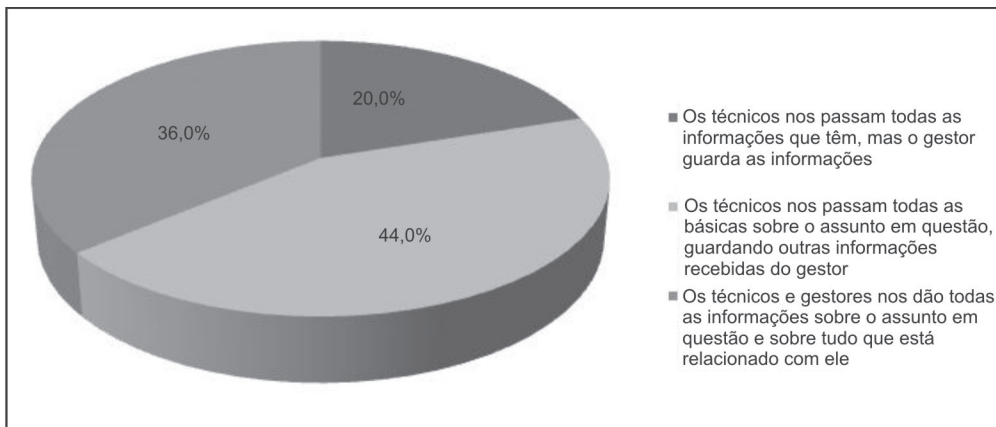
Figura 3 - Linguagem utilizada na transmissão da informação técnica.



Analisando cada grupo da representação colegiada, observa-se que 87,50% da representação da sociedade civil declaram *os assuntos importantes, de fácil compreensão e abordados numa linguagem acessível*; 12,50% consideram *o assunto difícil*, mas reforçam que *a linguagem é acessível*, e ninguém considera a linguagem como único impedimento para a compreensão. No grupo representativo do poder público, tanto estadual e federal como municipal, os números coincidem: 80,00% para a primeira premissa; 20,00% para a segunda e nenhuma para as demais. Só entre os usuários, o percentual de aprovação da linguagem cai: 28,57% para a primeira opção; 57,14% para a segunda e 14,29% para terceira, ou seja, afirmando que *o assunto é de difícil compreensão e a linguagem técnica o dificulta ainda mais*.

No que se refere a disponibilizar informações, ou seja, a comunicação como fator de democratização da informação, os números revelam, de acordo com a Figura 4, que a maioria (64%) dos membros do Comitê acredita não receber todas as informações sobre o assunto em questão na ocasião do debate. Interessante observar que o técnico que contribuiu para a qualidade da comunicação, mantendo uma linguagem acessível, é apontado como aquele que “guarda” a informação em vez de socializá-la. Pelas opções marcadas, 44% entendem que os técnicos “*nos passam as informações básicas sobre o assunto, guardando outras informações recebidas do gestor*”, enquanto 20% afirmam que os técnicos “*passam as informações que têm, mas o gestor guarda as informações*”. Somente 36% sentem-se subsidiados com todas as informações de que precisam, marcando a opção que diz que “*técnicos e gestores nos dão todas as informações sobre o assunto em questão e sobre tudo que está relacionado a ele*”.

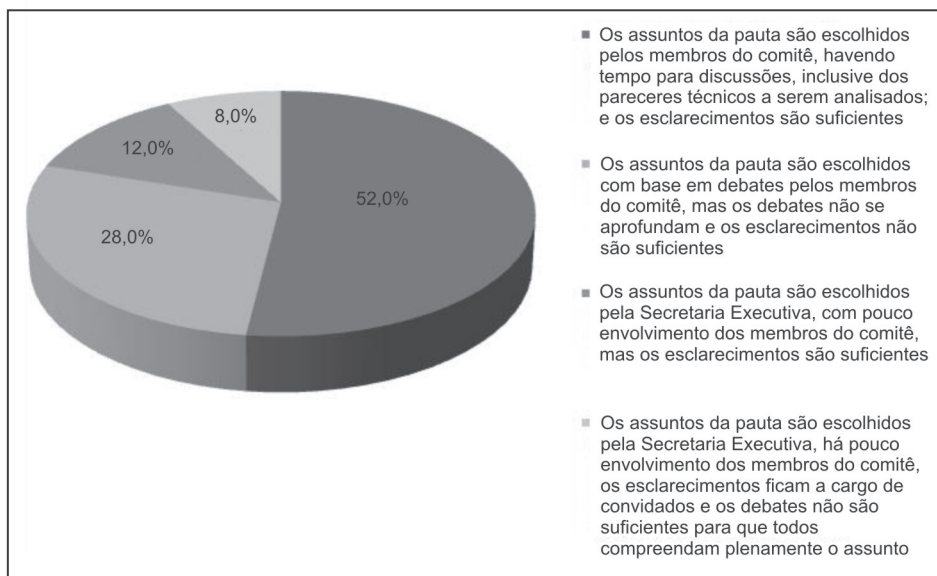
Figura 4 - Democratização da informação: quem repassa ou retém.



Nas entrevistas abertas com os membros da Gerência Regional da COGERH no Crato e com um membro do Comitê que participou desde o seu nascedouro, há uma visão de respeito ao crescimento do colegiado, inclusive no que diz respeito aos níveis de discussão. Prova disso seria o fato de que os membros do Comitê já se “apoderaram” da discussão da pauta, que não é “conduzida” pela COGERH, via Secretaria Executiva: “Dificilmente a Secretaria Executiva coloca um pouto de pauta aqui. Quando coloca é alguma coisa relacionada à COGERH que precisa ser discutida pelo comitê, os tópicos da pauta vêm da plenária, por colocações feitas nas reuniões anteriores, ou através do *e-mail*”, garante Alberto Medeiros de Brito, Secretário Executivo do Comitê.

Quanto à autonomia do plenário em relação às propostas para discussões e seu aprofundamento (Figura 5), 52% dos representantes afirmam que “os assuntos de pauta são escolhidos pelo Comitê, havendo tempo para discussões, inclusive dos pareceres técnicos a serem analisados, e os esclarecimentos são suficientes”. Tal “protagonismo” não chega a ser consensual: 28% dos entrevistados nos dizem que “os assuntos de pauta são escolhidos pelo Comitê, mas as discussões não se aprofundam e os assuntos não ficam totalmente esclarecidos”. Um total de 12% já afirma que “os assuntos são escolhidos pela Secretaria Executiva, com pouco envolvimento dos membros do Comitê, mas os esclarecimentos são suficientes”. E 8% optaram pela afirmativa segundo a qual “os assuntos são escolhidos pela Secretaria Executiva, há pouco envolvimento dos membros do Comitê e os debates não são suficientes”.

Figura 5 - Nível de participação na elaboração e discussão das pautas.



4 Conclusão

Confrontando os dados obtidos nos questionários com as observações de campo e as entrevistas abertas, pode-se dar crédito à Secretaria Executiva do Comitê e à Gerência Regional quando afirmam que os especialistas falam uma linguagem acessível, e essa é a condição para serem convidados ao debate. O grupo está satisfeito com a postura dos especialistas e faz exercícios mentais para adequar o que é explicado ao seu linguajar.

No foco sobre a democratização da informação, evidencia-se uma dicotomia entre o que garantem os técnicos e o que as respostas apontam. O primeiro grupo entende que nem tudo é dito, e muito menos com a profundidade desejada. Os esclarecimentos são dados, mas não se passa para a fase de se antever problemas e providências. Uma maior profundidade, com discussão dos projetos de zoneamento urbano, que associa a questão dos destinos da água e dos seus poluentes em cada município da bacia, certamente ajudaria os representantes dos diferentes segmentos a passarem de “aprovadores” a propositores. Embora não pareça consolidada, há vontade de saber mais, e isso é o que nos mostra os números quando dizem que as informações são retidas. Quem quer saber mais quer fazer mais e ousar.

No que se refere à autonomia, há uma clara dicotomia entre o que se disse nas entrevistas abertas – o falar analítico – e o que disseram os questionários: nas primeiras, há a consciência da necessidade de ir mais longe, das limitações na atuação e no relacionamento com a sociedade como um todo. Mas esses antagonismos se anulam quando fica clara a busca pela democratização da informação e o caminho de progressivo amadurecimento do grupo, para o qual os três entrevistados apontam. Para passar da postura de aprovação a uma parceria interativa, dentro da realidade do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e junto à comunidade, o CBHS precisaria de uma política de comunicação dialógica, ou, no dizer de Funes (2010), de uma “comunicação para o desenvolvimento”.

Referências

- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 279-30.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Tradução Rosicco Dang. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 89 p.
- FUNES, Santiago. A comunicação como política estratégica de mobilização. *Revista do Fórum Nacional de Bacias Hidrográficas*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 36-37, 2010.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação e estratégias de mobilização social. In: _____. *Fundação Educacional e Cultural*. Belo Horizonte: Dom Bosco, 2002. 90 p.

Sobre os autores

Inês Prata Girão

Mestranda em Gestão de Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Profissional de Comunicação na Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

Sérgio Rodrigues da Rocha

Mestrando em Gestão de Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará. Engenheiro Civil.